

HABEAS CORPUS Nº 548.081 - RJ (2019/0354141-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : JOAO JEFERSON MANHAES DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : JOAO JEFERSON MANHAES DA SILVA - RJ037034
FLAVIO TEIXEIRA DA SILVA - RJ119864
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIAO
PACIENTE : LUIZ BENICIO RAMOS PRIVAT
PACIENTE : LUIZ RENATO RAMOS PRIVAT

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUIZ BENICIO RAMOS PRIVAT e LUIZ RENATO RAMOS PRIVAT, em face de acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

Consta dos autos que o paciente LUIZ BENICIO RAMOS PRIVAT foi condenado às penas de 5 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, como incurso nos arts. 334, § 1º, 'c' e 288 do CP em concurso material, e o paciente LUIZ RENATO RAMOS PRIVAT, a 2 anos de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por duas penas restritivas de direitos, pela prática do delito de quadrilha.

Interposta apelação, a Corte Regional negou-lhe provimento.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, a nulidade do processo em face da utilização de prova ilícita para subsidiar a condenação, consistente em indevida interceptação telefônica.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para declarar-se a nulidade da ação criminal, pela utilização da interceptação telefônica ilícita, revogando-se as prisões dos pacientes.

É o relatório.

DECIDO.

Compulsando o presente feito, constata-se que a peça inicial veio desacompanhada de documentação indispensável para o deslinde da controvérsia, no caso, o acórdão que julgou a apelação foi juntado de forma incompleta, dificultando a perfeita compreensão da controvérsia posta.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o procedimento do *habeas corpus* não permite a dilação probatória, pois exige prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração (AgRg no HC n. 289076/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 19/5/2014; AgRg no HC n. 291366/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 29/5/2014; HC n. 269077/PE – 6ª T. – Rel. Min. Sebastião

Superior Tribunal de Justiça

Reis Júnior – DJe 2/6/2014).

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator